

O JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO*

Aline Moraes Defrein**

Resumo: O sistema educacional não tem preparado os jovens para o mercado de trabalho e para a vida. O governo vem contemplando a necessidade de políticas para o jovem promovendo a sua inserção e fortalecer as condições de ascensão social. A inserção produtiva dos jovens é um dos desafios da política de emprego. Este artigo tem o objetivo de estudar como o jovem do ensino médio está sendo preparado para enfrentar o mercado de trabalho, considerando-se o papel da escola nesta formação. A metodologia utilizada contemplou a pesquisa bibliográfica relativa às categorias de estudo e pesquisa de abordagem qualitativa de cunho exploratório mediante relato de depoimentos de alunos do ensino médio de uma escola estadual como atividade de um projeto de intervenção. Os principais resultados alcançados foram que existe projetos governamentais, como o Jovem Aprendiz, que pode auxiliá-lo neste processo de inserção, mas que na maioria das vezes ele se vê desamparado e pouco qualificado pelas instituições de ensino em geral.

Palavras-chave: Ensino Médio. Alunos. Mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O problema das escolas no Brasil é que elas não possuem o conteúdo acadêmico e também não têm o conteúdo profissional adequado. No ensino médio, os conhecimentos de tipo técnico e científico não são ensinados de forma teórica. O jovem que tem dificuldade de conseguir emprego, pois quem não tem qualificação aceita trabalho não qualificado. O mercado de trabalho é exigente em relação ao ensino médio.

À medida que avança no ensino médio, o aluno precisa cada vez mais de professores que conheçam seu assunto e saibam como preparar o aluno para o mercado de trabalho, devido à mudança no paradigma produtivo e da maior importância conferida à escolaridade. O problema é que o ensino médio forma pessoas para o vestibular, há prejuízo para aqueles que não pretendem prestar vestibular.

A área de trabalho e emprego tem importância fundamental para promover a inserção do jovem e fortalecer as condições de ascensão social. O Brasil contempla a

* Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos: Escola, Violência e Garantia de Direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista. Orientador: Prof. Orlandy Orlandi, Msc. Tubarão (SC), 2015. (orlandy.orlandi@gmail.com).

** Acadêmica do curso de pós-graduação em Educação e Direitos Humanos, da Universidade do Sul de Santa Catarina. (aline.defrein@gmail.com.br).

necessidade de políticas para o público jovem, tendo inclusive criado uma Secretaria específica para isso. A inserção produtiva dos jovens é um dos grandes desafios da política de emprego. O jovem enfrenta dificuldades, fruto da má ou nenhuma experiência adquirida no ensino médio. Esse quadro é agravado pela baixa escolaridade média e pela baixa qualidade da educação adquirida por grande parte dos jovens.

A pouca idade do jovem que entra no mercado de trabalho também é um problema. Jovens de família mais pobres ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade e pela má qualidade da educação oferecida, que o faz incrédulo que essa formação possa trazer algum benefício futuro. Nesse sentido, é possível determinar direções para melhorar a inserção dos jovens no mercado de trabalho e criar incentivos para que a permanência na escola seja maior.

Faz-se necessário criar estímulos e condições que favoreçam a contratação dos jovens pelas empresas, permitindo o ganho de experiência e ampliando as chances de inserção posterior do jovem. Estudiosos sobre o tema pensam que criando políticas voltadas à universalização do ensino, podem melhorar da qualidade da educação associando o trabalho do jovem a experiências de aprendizagem, assim como ampliar as oportunidades de trabalho profissionalizante.

A segmentação do trabalho impossibilita uma universalização das implicações desse processo para a vida das pessoas. Diluindo as concepções dos autores estudados sobre artigo, escola e educação, entendemos que essas variantes passam por constantes transformações, apontando para a possibilidade de uma formação mais ampla num contexto marcado pela contínua segmentação do mercado de trabalho. A educação vai se formando através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida.

Os jovens afetados pelo contexto adverso do mercado de trabalho são o objeto de estudo deste artigo. O presente artigo desenvolve suas reflexões a partir das contribuições e da compreensão do adolescente, do trabalho e emprego. Neste contexto, são utilizadas as referências de autores como Kuenzer (2001), Gadotti (2000) e Malacarne (2009). A crise pela qual passa o mercado de trabalho tem resultado em aumentos sucessivos das taxas de desemprego, tornando precárias as relações de trabalho e da exclusão social das famílias. Este cenário impõe restrições distintas aos jovens, que já apresentavam uma inserção mais difícil e vulnerável no mercado de trabalho. O artigo foi desenvolvido mediante emprego de pesquisa bibliográfica relativa às categorias de estudo e pesquisa exploratória com estudantes do ensino médio.

2 A ESCOLA E O TRABALHO

A educação escolar é cada dia mais importante para o cidadão. Relativo à qualidade do ensino, esta ação objetiva descrever como se dá a transição entre a escola e o mundo do trabalho no ensino médio. Canivez (2000, p. 88) entende que “o Brasil celebra uma conquista importante, embora tardia que é a universalização do acesso à escola”. As exigências do mercado de trabalho aumentam, junto às rápidas transformações que vêm ocorrendo na sociedade.

Segundo Canivez (2000, p. 22), “há uma grande demanda social em função do mercado de trabalho, pois uma imensa massa de jovens não tem ou não completou sua escolarização e já querem ou precisam trabalhar”. Neste contexto, tudo que se fez, tem pouco significativo, sob o ponto de vista do número de educandos envolvidos na questão e mal preparados pela escola.

Para Kuenzer (2001, p. 56), “a escola tem preparado mal nosso jovem e o Estado apenas apresenta projetos e programas de qualificação profissionais atrelados à escola de maneira torta ou insuficiente”. O sistema educacional brasileiro não está preparado para enfrentar este desafio, de preparar adequadamente o jovem porque não consegue nem mantê-lo na escola.

Malacarne (2009, p. 102) traça um cenário do posicionamento dos jovens em relação à escola e ao trabalho. Considerando a idade até 25 anos (uma fronteira possível para delimitar o fim da juventude e o início da idade adulta), o autor faz algumas considerações básicas a partir dos resultados agregados para o Brasil:

a) A frequência escolar se universalizou, quando mais de 98% dos alunos frequentam a escola de forma associada ao trabalho ou não. Nesse sentido, a norma legal está sendo razoavelmente respeitada. No que concerne estritamente à frequência à escola, o problema não consiste no abandono da escola antes dos 15 anos, mas no atraso escolar, que faz com que isso ocorra antes que o ensino médio tenha sido concluído.

b) A dedicação exclusiva à escola é predominante até 18 anos, a partir de quando o trabalho assume esse papel. Vale notar que a combinação de trabalho e estudo cresce a partir dos dez anos, com a contribuição maior do trabalho em áreas rurais, e atinge o seu pico aos 16 anos. Assim, a mudança drástica em termos de entrada no mundo do trabalho se dá aos 19 anos, aumentando a partir dessa idade.

c) A média de jovens que nem estudam nem trabalham apresenta uma evolução semelhante à dos que só trabalham até os 18 anos. Nessa idade, o percentual aumenta e se mantém depois em um patamar estável, em torno de um quinto da população. Embora esse não seja um indicador habitual de mercado de trabalho, a proporção de jovens que nem estudam nem trabalham é reconhecida como útil para medir o potencial não utilizado de trabalho dos jovens.

De acordo com Brandão (2000, P. 79), “a exclusão dos jovens sobre a forma de desemprego e precariedade das relações de trabalho tem efeitos ruins sobre a vida do jovem, tendo reflexos em sua vida profissional e também psicológica e social”. O autor considera que está em jogo é a integração das novas gerações na sociedade.

A necessidade de um sistema diversificado tem a ver com os interesses diversificados das pessoas; e também com o fato de que a educação básica é muito desigual, e que nem todas as pessoas têm condições de fazer o mesmo tipo de curso médio. Segundo Alves (2005, p. 52-53), “temos alguns problemas básicos no ensino médio”. Nosso sistema de ensino médio é praticamente um só. Há um setor de ensino profissional ou técnico muito pequeno; isso não dá alternativas para os estudantes que queiram seguir diferentes caminhos.

O ensino médio é o “gargalo” crucial da educação. Esse entendimento vem se generalizando entre especialistas, e a evasão escolar vem preocupando muito as autoridades. Há também os índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007 e que representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médio de desempenho nas avaliações), relacionados ao desempenho dos alunos do ensino médio com nível de conhecimento inferior ao desejado para o último ano do ensino fundamental (MALACARNE, 2009).

No processo educativo nas escolas, os conhecimentos e habilidades são transferidos para os discentes sempre com o objetivo desenvolver o raciocínio, ensinar a pensar sobre diferentes problemas, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade (MALACARNE, 2009, p. 55).

Aos 18 anos, a convivência do trabalho e do estudo é frequente. Aos 17 anos, a combinação trabalho e escola começam a declinar e a proporção de jovens nessa situação continua a aumentar, tanto pelos incentivos do mercado de trabalho como facilidade de acesso à escola. Para Alves (2005, p. 61), “o ensino médio e as dificuldades que enfrenta têm sido a preocupação no que diz respeito à educação que os jovens não têm recebido”. Em pesquisa

realizada com alunos do ensino médio, este autor levantou o perfil desses alunos e suas expectativas com relação à escola, e ao modo como os professores vêm conduzindo essa educação. O resultado desse levantamento fez com que se refletisse sobre o preparo dos professores e verificou-se um crescente interesse no trabalho.

“Com novas tecnologias cada vez mais sofisticadas, o mercado de trabalho, tanto no campo como na cidade, requer trabalhadores melhor preparados. A sociedade conta com a escola para preparar esses trabalhadores.” (GADOTTI, 2000, p. 34).

Os governos necessitam apresentar propostas que atendam ao ritmo de cada aluno, sem atribuição de rótulos ou classificações prévias, com um olhar otimista, com respeito a seus diferentes modos de vida, aos conhecimentos que trazem, estimulando-os a vencer obstáculos de modo confiante, valorizando seus progressos e promovendo sua auto-estima. Os alunos do ensino médio são, em sua grande maioria, constituídos por trabalhadores e trabalhadoras, por desempregados e por indivíduos não escolarizados. Ele encontra-se em situação de exclusão do mercado de trabalho ou sem perspectiva no trabalho exploratório que tem devido a diversos fatores como idade, dificuldades de conciliação de horários de trabalho, situação financeira e outros fatores (TRANJAN, 2002).

2.1 O JOVEM, O ENSINO MÉDIO E O MERCADO DE TRABALHO

Atualmente, ter mais de 18 anos e ensino médio completo já não são mais diferenciais, mas sim ponto de partida para a procura de um posto de trabalho. É importante se investir na educação e completar o Ensino Médio para ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada. Quanto mais cedo for a inserção do jovem, maior é o risco do subemprego. Esta cena é observada na prática: quem busca um emprego precisa ficar atento ao que o mercado exige. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) estabelece que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho visando ao pleno desenvolvimento do educando (GADOTTI, 2000).

É evidente que, embora haja uma importante superposição da escola com o trabalho, a transição da escola para o mercado de trabalho não se faz sem tropeços, já que, entre 20 e 22 anos cerca de 20% dos jovens nem estudam, nem trabalham. Pela LDB, é necessário vincular educação e trabalho estabelecido nos dois níveis escolares: a educação infantil, fundamental e ensino médio e a educação superior. Portanto, o ensino médio se define na superação do dualismo entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante. De acordo com Kuenzer (2001, p. 77), “o universo escolar é caracterizada pela valorização do

estudo como uma promessa futura, sendo uma forma de garantir um mínimo de credencial para pleitear um lugar no mercado de trabalho.” O trabalho se constitui, nessa perspectiva, no princípio organizador do currículo no ensino médio.

Para as empresas, o jovem tem que usar o seu tempo para estudar, aprimorar-se, aprender, adquirir mais conhecimentos. O mercado de trabalho entende que o jovem que ainda está cursando o Ensino Médio é alguém que não está pronto para assumir uma posição profissional. (BRANDÃO, 2000, p. 80).

O jovem passa por diversas fases durante o processo seletivo e, para se destacar, o jovem precisa estar atento a uma série de recomendações comportamentais, além de estar preparado para mostrar o domínio da língua escrita e falada e o raciocínio lógico. Alves (2005, p. 28) comenta que “o mercado encontra dificuldade de recrutar jovens candidatos que estejam preparados para ingressar no sistema”. Como a escola é deficitária, eles acabam derrapando nos requisitos mínimos: bom português, paciência, postura, atitude de saber perguntar, conversar e disciplina.

A estrutura formal do trabalho exige condutas ligadas à disciplina. Tranjan (2002, p.90) recomenda que “o papel da escola no processo de formação do jovem ao mercado de trabalho está em propiciar a ele um ambiente empresarial dentro da escola e não apenas um espaço estudantil”. O ensino médio é a última etapa da educação básica, fase em que os jovens estão passando por mudanças e transformações marcadas e influenciadas pelo meio em que vivem.

2.2 O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO JOVEM PARA O MERCADO DE TRABALHO

A discussão do papel da escola na formação do jovem trabalhador é desafiadora. Malacarne (2009, p. 173) apresenta elementos para caracterizar este problema, concluindo que, entre outros aspectos, a necessidade de “conhecer a diferença na maneira pela qual o processo histórico de articulação escola-trabalho vem incidindo sobre os diversos meios e agentes sociais.” Esta relação entre a escola e o mercado de trabalho traz uma análise da influência da escola na formação elaborada sob o foco da escola como fator de desenvolvimento econômico ou com papel funcional ao sistema capitalista, como qualificador de mão-de-obra.

A relação entre a escola e o mercado de trabalho é complexa, pois as novas maneiras de se produzir conhecimento, o avanço tecnológico e a globalização exigem um

novo profissional e uma preparação que lhe permita adquirir os conhecimentos e comportamentos para ser um profissional bem preparado para o trabalho. (KUENZER, 2001, p. 71).

A escola influi na existência devido a sua ampla ação educativa e assimilação de hábitos, normas, atitudes e valores inerentes à sociedade a que se pertence e, mediante os quais, cada pessoa realiza a tarefa comum de construção social da realidade. Para Brandão (2000, p. 92), “mais que conteúdos, habilidades e conhecimentos a escola deve disponibilizar na sua ação formativa elementos que serão utilizados pelo trabalhador”. A escola tem um significado social já que perspectivada quer pelos interesses da sociedade que busca na educação algum tipo de utilidade, quer pela integração do jovem numa sociedade que lhe exige ação em determinados papéis.

O ensino médio no Brasil tem passado por discussões importantes sobre os seus objetivos e função (academicista e propedêutico) e que não prepara os alunos para o mercado de trabalho. Pelos eixos constituintes do Ensino Médio (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura) tem agora o trabalho como princípio educativo. Essas discussões têm sido revertidas ações governamentais, tais como a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio e uma proposta de mudanças nas matrizes curriculares do ensino médio. Portanto, é necessário que a escola se transforme através da reformulação curricular, de metas, funções, com participação e promover a interação jovem-educação-trabalho. (GADOTTI, 2000).

A escola deve assumir um papel significativo na vida do jovem, pois ele deve crer que é por meio dela que terá um futuro profissional, justificando Alves (2005, p. 117) que indica que “uma vez que uma das razões mais importantes para se estudar está relacionada à obtenção de um bom emprego”. Mas na realidade, o jovem termina o ensino médio sem a qualificação que a demanda do mercado de trabalho exige em virtude da má qualidade educacional que recebeu.

As relações vivenciadas no âmbito da escola, evidenciando-se suas implicações na reprodução da força de trabalho, conduzem ao entendimento que a escola pouco corrobora na formação do aluno para o mercado de trabalho. A ação escolar na formação do trabalhador deve promover discussão entre os processos gerados, salientando a incorporação do olhar dos trabalhadores sobre suas trajetórias formativas. Observando as visões dos autores desta pesquisa, nota-se que o problema é proposto, inicialmente, com o foco na formação de trabalhadores e na elaboração de uma cultura do trabalho, na perspectiva das relações entre trabalho e educação. Portanto, quanto às escolas e suas propostas formativas, temos a Lei de

Diretrizes e Bases 5692/71, que objetivava atender à qualificação para a industrialização nacional. (MALACARNE, 2009).

2.3 INCLUSÃO PRODUTIVA

Um ponto importante nesta questão é a urgência de um novo paradigma devido à necessidade de respostas aos desafios da escola e o aluno do ensino médio no mercado de trabalho. De acordo com Tranjan (2002, p. 45), “nosso ensino médio é um ritual de repetições”. O aluno precisa ser capaz de papaguear o que está escrito no livro. Em poucos casos isso se transforma realmente numa aprendizagem. O autor afirma que se o aluno realmente for fazer uma carreira tecnológica, precisará se aprofundar mais; se vai fazer uma carreira em direito, não precisará de certos conteúdos. Questiona se aprender alguns temas de História vai ajudar a pessoa em alguma coisa. Enfatiza, ainda, que o aluno não aprende disciplina alguma no ensino médio de maneira suficiente, que o ensino médio também não o forma para o trabalho. Assim, faz a reflexão sobre a serventia deste estudo.

O mercado de trabalho muitas vezes não exige uma profissão técnica específica. Boa parte das ocupações exige competências genéricas. Não há necessidade de um ensino especializado, totalmente técnico; para fazer uma especialização bem-feita, seria necessária uma ponte com o mercado. Dar alternativas às pessoas no ensino médio evidentemente tem impacto no ensino superior. (GADOTTI, 2000, p. 08).

A dominação dos sistemas que se estabeleceu depois do pós-guerra impossibilitou a emergência de uma ordem social amparada nos direitos de todos e no combate à exclusão social. Neste caso, seria necessária a criação de políticas públicas capazes de assegurar o acesso para todos ao trabalho, aos serviços de saúde, alimentação, saneamento e educação. (CANIVEZ, 2000). O que foi abordado neste artigo até então procura evidenciar a necessidade de uma nova articulação no processo de desenvolvimento numa perspectiva que remodele a visibilidade para que a participação e a geração de novas oportunidades sejam a marca da atualidade. E também, quando se refere à inclusão produtiva enquanto elemento estratégico de combate à exclusão social e à pobreza.

Gomes (2007, p. 92) entende ser “essencial repensar a gestão municipal da educação básica a fim de aumentar a capacidade de absorção de conhecimentos da população local e promover crescimento”. No caso, os níveis educacionais são baixos, o uso de tecnologias é limitado e a infraestrutura das escolas de ensino médio é precária e não proporciona a difusão dos conhecimentos aplicados ao mercado de trabalho.

De acordo com Carvalho (2003, p. 71), “a construção do desenvolvimento de um Estado passa pela coordenação de ações de inclusão produtiva que conduza à formação de cidadãos integrados ao mundo por meio do trabalho”. Observando as diversas ações governamentais (exemplo documento em anexo) em curso relativo à inclusão produtiva, observa-se que a estratégia se resume à promoção de ações voltadas ao incentivo de qualificação do trabalho enquanto elemento central para erradicar a exclusão social através do PROEJA. O objetivo da inclusão produtiva é proporcionar que as pessoas tenham dignidade e sustentabilidade com o trabalho.

Nosso sistema educacional parece não ser formativo e está muito condicionado pela competição para a universidade. Os cursos considerados melhores no ensino médio são aqueles que preparam melhor para os vestibulares mais competitivos. Essa formação não é muito adequada para o verdadeiro mercado de trabalho. (BRANDÃO, 2000, p. 109).

Conforme Kuenzer (2002, p. 99), “a escola pode transformar-se em um centro de produção de cultura e conhecimento e não simplesmente num espaço de reprodução pura e simples de um saber sistematizado e dominante.” A escola deveria atingir seus objetivos não prescindindo da capacitação dos recursos humanos e tampouco da supervisão constante de seu aluno para a vida no trabalho. O trabalho há que ser em conjunto entre todos os envolvidos no processo educativo, respeitando-se os interesses individuais e os ritmos diversificados de cada educando.

3 METODOLOGIA UTILIZADA

Para desenvolver o presente artigo, utilizamos a pesquisa bibliográfica relativa às categorias de estudo. Para contribuir para o estudo do tema, de acordo com Minayo (1994), utilizamos a pesquisa de abordagem qualitativa de cunho exploratório mediante os relatos de estudantes do ensino médio de uma escola estadual do município de Jaguaruna (SC), a partir de atividades realizadas num projeto de intervenção no período do primeiro semestre de 2015.

Os estudantes afetados pelo contexto adverso do mercado de trabalho são o objeto de estudo deste artigo, o qual desenvolve suas reflexões a partir das contribuições e da compreensão do adolescente, do trabalho e emprego. Neste contexto, são utilizadas as referências de autores como Kuenzer (2001), Gadotti (2000) e Malacarne (2009).

Para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos aplicados no estudo, elaboramos o protocolo de pesquisa, haja vista que “O protocolo constitui, pois, uma das melhores formas de aumentar a confiabilidade do estudo [...]” (GIL, 2002, p. 140). Portanto, a seguir, apresentamos no quadro 1, o protocolo de pesquisa, que contempla as etapas da pesquisa devidamente especificadas.

Quadro 1 - Protocolo de Pesquisa

Etapas	Protocolo de Pesquisa
1 ^a	Motivo deste estudo: após atividades desenvolvidas numa escola mediante um projeto de intervenção, decidimos aprofundar a pesquisa.
2 ^a	Construímos a fundamentação teórica que aborda a questão da escola e o trabalho, o jovem e o ensino médio e mercado de trabalho, o papel da escola na formação do jovem para o mercado de trabalho e a inclusão produtiva. Estudo em referências básicas de autores como Kuenzer (2001), Gadotti (2000) e Malacarne (2009).
3 ^a	Apresentamos o projeto de intervenção na Escola Estadual Básica Campos Verdes, localizada no município de Jaguaruna (SC) a partir de relato de depoimentos de alunos do ensino médio, ocorrido no primeiro semestre de 2015.
4 ^a	Analisamos, discutimos e apresentamos os resultados do projeto à luz do material teórico estudado.
4 ^a a	A análise de conteúdo temática das respostas abrangeu o planejamento e organização da análise, categorização das respostas e registro.
4 ^a b	Os resultados das análises de conteúdo foram em duas formas integradas: uma qualitativa, através de categorias de respostas construídas pela pesquisadora na transcrição das entrevistas, e outra, quantitativa, a partir da frequência com que as respostas aparecem ou não na verbalização dos jovens entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DOS ESTUDANTES RESPONDENTES

A Escola Campos Verdes de Campo Bom, em Jaguaruna (SC) ocupa uma área que está estruturada em dois prédios de um só pavimento. Atende a 175 alunos do ensino fundamental, distribuídos em dois turnos. Nos turnos matutino e vespertino atende a

estudantes do 1º ao 9º ano contempladas em oito turmas. Atende no noturno a uma turma de alunos no Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, totalizando, assim, um total de nove turmas. No primeiro prédio apresenta duas salas que funcionam como sala de direção/supervisão pedagógica, um almoxarifado para materiais didáticos e materiais de limpeza, instalações sanitárias masculina e feminina, sala de professores, sanitário dos funcionários e cinco salas de aula. No segundo prédio, ligado ao primeiro por uma passarela, apresenta quatro salas de aula, instalações sanitárias, refeitório e biblioteca.

A Escola Campos Verdes de Campo Bom é uma realidade na comunidade do Balneário Campo Bom em Jaguaruna. Os alunos da região sul do município têm uma boa escola para estudar, pois abrange principalmente o sul do território. O transporte dos alunos é gratuito e fornecido pela prefeitura.

O quadro de servidores é constituído de: diretor, vice-diretor, secretária, 15 professores, dois auxiliares de serviços gerais e dois guardas. O corpo docente da escola é constituído por professores das cidades da região, que em sua maioria possuem graduação e especialização em sua respectiva área de atuação, sendo que os demais estão em processo de graduação. Na medida do possível, estão buscando aprimorar os seus conhecimentos mediante cursos, palestras, oficinas e outras formas de capacitação.

Os professores têm articulado os conhecimentos socialmente produzidos com experiências dos alunos, de modo que estes possam aprender os conhecimentos científicos e aplicá-los em situações do cotidiano.

Em relação ao desempenho escolar, embora vários alunos tenham objetivo de prosperar na vida, acomodam-se perante às situações que julgam empecilho para a construção de seu conhecimento. Percebe-se que muitos estudantes têm apresentado dificuldades de leitura, interpretação e compreensão de textos. Há também casos de indisciplina e descompromisso com os estudos. O atendimento pedagógico é feito nos três turnos. As especialistas coordenam os planejamentos, projetos, ciclos de estudos, reuniões e fazem acompanhamento junto com os professores sobre a aprendizagem dos alunos.

As salas de aulas são amplas e arejadas e as carteiras estão em bom estado de conservação. A escola necessita ainda de uma sala de áudio-visual. A televisão e o vídeo ficam na biblioteca dificultando assim a utilização destes recursos para dinamizar, atualizar e ou diversificar o trabalho pedagógico. Os recursos financeiros são provenientes dos governos municipal, estadual e federal e aplicados de acordo com as necessidades da escola.

O contexto do projeto que desenvolve a prática pedagógica e o projeto de intervenção são realizados numa turma do 2º ano do ensino médio. A turma em questão é

constituída por vinte alunos, onze do gênero masculino e nove do gênero feminino, com idades compreendidas entre dezessete e dezoito anos. A maioria dos alunos é proveniente das freguesias da região, vivem com as suas famílias que são geralmente nucleares, existindo um caso de uma aluna que vive com os avôs.

Pelo que pudemos observar, os alunos desta turma são astutos e perspicazes, demonstrando interesse no tema. Todos são constituintes da classe média baixa. No geral, a turma é boa, nove alunos são trabalhadores e empenhados, o que, entre outros fatores, busca contribuir em grande medida para a boa experiência.

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

O interesse pelo tema surgiu nas atividades desenvolvidas por meio do projeto de intervenção, quando realizamos observações na escola Campos Verdes, localizado na localidade de Campo Bom, em Jaguaruna. Na escola acompanhamos e desenvolvemos a pesquisa com a temática do jovem e o papel da escola na formação profissional que foi debatida com os alunos e professores que participaram das conversas e entrevistas do projeto.

Na sequência, elaboramos uma redação de projeto para fazer a intervenção a partir do projeto do governo, em anexo.

O objetivo do Programa Jovem Aprendiz é promover a inclusão social por meio de qualificação profissional. Realizado com base na Lei 10.097/00, o programa oferece uma formação completa, constituída por três etapas. Há a formação básica de quatro meses em instituições sociais conveniadas, com discussão de temas relacionados a identidade e cidadania. Ocorre, também, o curso de qualificação profissional de nove meses no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O Programa tem duração de dois anos. As instituições sociais conveniadas assinam a carteira do jovem aprendiz, com o pagamento de um salário mínimo, 13º salário, férias, FGTS, além de auxílio para alimentação e transporte.

Além das admissões e do pagamento dos salários, as instituições são responsáveis pela gestão, orientação, docência, supervisão e acompanhamento de todo o programa. Durante a vivência profissional, os aprendizes terão supervisão dos gestores locais. Para se inscrever, o candidato precisa estar em situação de vulnerabilidade social (a partir da renda familiar e do Cadastro Único do Governo Federal), ter entre 15 e 21 anos e 11 meses de idade (para vagas das áreas administrativas), ter entre 17 anos e 9 meses e 21 anos e 11 meses de idade (para vagas nas refinarias e em laboratórios de pesquisa) e frequentar o sistema de ensino regular.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para refletir sobre o apanhado na execução do projeto, concentramos nosso estudo na análise da relação entre educação, juventude e mercado de trabalho, tomando por recorte o estudo com jovens nas escolas. A forma tradicional de ensino, própria da formação educacional brasileira e as novas reformas educacionais não criaram condições para que a nova demanda não sofresse a exclusão dentro das escolas. Para Gadotti (2000, p. 92) “a revalorização da educação como fator central o influenciou para a reformulação dos sistemas de ensino”. As reformas educacionais foram idealizadas visando à formação do indivíduo para viver em um contexto adverso. Significa a passagem de um ensino centrado nos saberes disciplinares para um sistema de aprendizagem centrado no aluno e nas suas competências.

Um motivo levou à análise deste tema foi o fato de alguns relatos de alunos que não sabiam responder a argumentação, ou problematizar a afirmação de que “estudo não garante emprego, então para que estudar?” Um depoimento que chamou a atenção foi de um aluno que falou que “caso não tirasse notas boas teria que parar de estudar para trabalhar”. Correlato a esta questão, ouvimos os relatos de outros alunos que demonstraram a precariedade do trabalho a que estavam inseridos, como: horas excessivas, falta de direito às férias e que a escola em nada contribuía neste processo.

Entende-se que a formação de base e da formação específica do estudante, há que estar clara a relevância da formação contínua e permanente, tendo em vista o mundo atual. A escola deve, de acordo com Brandão (2000, p. 82), “ensinar seus alunos no ensino médio a gerenciar sua intervenção enquanto cidadão e enveredá-lo no universo das tecnologias e fazê-lo adquirir confiança e auto-estima como requisitos básicos para sua formação”.

Há alguns depoimentos de alunos que nos fazem refletir como a exclusão afeta as pessoas. A escola sem condições de problematizar essas dificuldades encontradas se apóia em promessas de políticas públicas de um sistema deficiente. Essa temática colaborou para repensar as dificuldades dos alunos do EJA, que são jovens e adultos que não conseguem dar prosseguimentos aos estudos, sendo o símbolo do ensino pautado no fracasso e sucesso do aluno. Durante a execução do projeto, um jovem de 17 anos de idade, que com muita dificuldade expôs como se sentiu triste e magoado quando perguntaram para ele se havia algum problema mental ou retardamento, por seu atraso escolar quando em uma entrevista de emprego.

A hipótese é baseada em estudos dos autores das obras pesquisadas e no projeto nas escolas onde, o ensino médio não tem preparado os jovens para a vida, para o mercado de

trabalho e nem para a continuidade dos estudos, ou seja, para ingressar no ensino superior. O ensino médio pode auxiliar na problematização como já sugerido pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação. As disciplinas podem mostrar aos alunos os aspectos ideológicos, econômicos, sociais e políticos que perpassam o tema trabalho, o papel da escola e juventude.

Após esclarecimentos sobre os objetivos desta pesquisa, tivemos acesso à amostra com os respondentes que são os alunos do ensino médio e suas perspectivas no mercado de trabalho, onde pudemos colher informações relevantes e esclarecedoras, com aderência aos estudos dos autores adotados como base teórica. Visando à análise de conteúdo temática das respostas, a análise abrangeu o planejamento e organização da análise, categorização das respostas e registro.

Os resultados das análises de conteúdo em duas formas integradas: uma qualitativa, através de categorias de respostas construídas pela pesquisadora na transcrição das entrevistas, e outra, quantitativa, a partir da frequência com que as respostas aparecem ou não na verbalização dos jovens entrevistados. Percebemos que os jovens descrevem um período de transição entre a escola-mercado de trabalho, usam algumas que correspondem aos aspectos exigidos pelo mercado de trabalho em torno do perfil do jovem profissional com nível inferior às vagas nas empresas.

Os jovens também explicitam vivências de sofrimento durante o período de transição, como a desorientação, o desgaste e a incerteza. A análise revela a percepção do ambiente interpessoal e de relação do iniciante com a realidade do mercado de trabalho percebida no período de início da vida profissional e, por conseguinte, de falta de oportunidades ocasionadas pela alta demanda por vagas no mercado de trabalho.

Entre os jovens entrevistados, a metade avaliou que o mercado de trabalho se encontra mais exigente quanto à questão da qualificação, como também diminui e extingue empregos. O restante mencionou a dinamicidade das ocupações e a difícil entrada no mercado. Dessa forma, é possível perceber que os jovens têm enfrentado os obstáculos atuais, advindos da reestruturação produtiva, e estão conscientes desse fato.

5 CONCLUSÃO

Percebemos que a situação de trabalho e as expectativas dos jovens do ensino médio em função da escolha profissional passam a ser um objeto de estudo essencial, uma vez que a escolha de uma profissão requer uma tomada de decisão que envolve um projeto de

vida. Mas, ainda fica o questionamento ao refletirmos: em que sentido a escola auxilia neste processo? Pelo que vimos muito pouco.

Acompanhar as oscilações do mercado de trabalho é vital a todos que desejam escolher uma profissão. As políticas públicas recentes aperfeiçoaram uma gama de cursos técnicos e tecnólogos, os quais levam os jovens a fazerem escolhas profissionais baseadas em cursos de evidência, sem considerar aspectos decisivos do mercado de trabalho.

Entendemos que realmente a escola não é a única responsável pela produção e difusão do saber. Entretanto, é preciso que se busque integrar ações em parcerias com a sociedade para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Repensar a gestão da educação é essencial para uma estratégia de inclusão produtiva, impulsionadora do crescimento econômico. Acreditamos que para as ações governamentais funcionarem, faz-se necessário o envolvimento da sociedade na efetivação do controle da gestão municipal, orientado pelo uso racional e eficiente dos recursos públicos destinados à educação.

Seria necessária uma reflexão das condições do mercado de trabalho e das aptidões, gostos e desejos profissionais. Essas ações deviam ser exercitadas no ensino médio, como uma preparação para o trabalho. Em pesquisa nas obras consultadas para a fundamentação deste artigo, dados mostram que o Brasil e suas políticas contribuem para refletir no pensamento do jovem do ensino médio que buscam inserir-se no mercado de trabalho.

Fica evidente que o debate sobre a inclusão produtiva permanece circunscrito à esfera do mercado de trabalho e o papel da escola deve percorrer este caminho. Programas de governos miram a integração entre a educação profissional e o ensino médio com a flexibilização do currículo, introduzindo disciplinas optativas para que alunos possam construir seu percurso de aprendizado. Os alunos nas escolas se deparam com o momento de definir sua profissão e, geralmente, passam por isto sem assistência, pela falta de oportunidade em contar com um serviço permanente de orientação profissional no ensino médio.

Devem-se encontrar meios de fazer com que nossos jovens se escolarizem o mais possível, o que muitas vezes obscurece outros sentidos da educação. Um dos principais dilemas da educação contemporânea é a permanência dos alunos do ensino médio nos bancos escolares. O desinteresse dos adolescentes pela vida escolar tem gerado muitas reflexões de como fazer com que o ensino médio seja vivido e percebido como significativo. O desafio envolve a capacidade de organizar um programa curricular que consiga formar jovens para continuar os estudos no ensino médio e prepará-los para o mercado de trabalho.

A contribuição teórica deste artigo diz respeito aos resultados apresentados mediante a análise dos depoimentos dos estudantes à luz dos estudiosos referenciados. Enquanto a contribuição prática aborda as questões referentes às dificuldades do jovem em ingressar no mercado de trabalho e pondera seus medos, sua baixa qualificação e necessidades.

THE YOUNG AND THE LABOUR MARKET

Abstract: The educational system has not prepared young people for the labor market and for life. Governments have been contemplating the need for policies for the young promoting their inclusion and strengthen the conditions for social mobility. The productive integration of young people is one of the challenges of employment policy. This article aims to study how the young high school is being prepared to face the labor market, considering the role of schools in this training. The methodology used contemplated the literature on the study of categories and qualitative research of exploratory by reports of high school students of testimony from a state school as an activity of an intervention project. The main results were that there is government projects, such as the Young Apprentice, which can assist you in this process of integration, but most often he finds himself helpless and unskilled by educational institutions in general.

Keywords: High School. Students. Labor market.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. **Formação dos professores: pensar e fazer.** São Paulo, Cortez, 2005.
- BEHRING, E. R. **A nova condição da política social.** Rio de Janeiro: Nova Era, 2003.
- BRANDÃO, C. **O que é educação?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- CANIVEZ, P. **Educar o cidadão?** São Paulo: Papirus, 2000.
- CARVALHO, M. C. **A ação em rede na implementação de políticas públicas.** (2003). Disponível em: <http://rits.org.br/redes_teste>. Acesso em: 19 jan. 2015.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.
- GOMES, W. **Esfera pública política e media: Práticas discursivas na cultura contemporânea.** São Leopoldo: Unisinos, 2007.

KUENZER, A. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**. Material pedagógico, 2001. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/PDE>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

TRANJAN, R. **Não durma no ponto**. São Paulo: Gente, 2002.

MALACARNE, V.A **escolha profissional e Ensino Superior**. In. Anais da XIX Semana de Educação. Cascavel, 2009.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ANEXO – Documento do Ministério da educação que divulga uma ação pública para aperfeiçoamento do ensino médio e profissionalizante no Brasil



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO
DOCUMENTO BASE**

DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.

Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 35 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004, no art. 6o, inciso III, da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no art. 54, inciso XV, da Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994,

DECRETA:

Art. 1o Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1o O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

§ 2o Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3o, § 2o, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004;

§ 3o O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no § 4o deste artigo.

Art. 2o As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

Art. 3o Os cursos do PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e

II - a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

Art. 4o Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;

II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e

Art. 5o As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Parágrafo único. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Art. 6o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de julho de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.7.2006.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.